



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

RIVALDO BEVENUTO DE OLIVEIRA NETO

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE:
DESAFIOS E PROPOSIÇÕES EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RN**

MOSSORÓ/RN

2017

RIVALDO BEVENUTO DE OLIVEIRA NETO

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE:
DESAFIOS E PROPOSIÇÕES EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof.(a) Ms. Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros

MOSSORÓ/RN

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua infinita bondade, misericórdia e sabedoria.

Agradeço à minha família, em especial minha esposa Lenise e filhas Lavínia, Lívia e Louise (que está para chegar).

Agradeço aos colegas de turma pelo companheirismo, por todas as mensagens de incentivo e trocas de experiências. Essa turma, mesmo a distância, gerou muitos laços de amizade.

Agradeço a todos os professores que ministraram as disciplinas do curso e à Tutora Gilberliane Mayara pelo apoio.

Agradeço à Orientadora Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros pelas contribuições e à Banca Examinadora pela disposição em avaliar este trabalho e contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Muito Obrigado!

A escola tem que ser esse lugar em que as crianças tem a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas.

Mantoan

RESUMO

Este estudo concentra-se no âmbito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e tem como objetivo analisar a implementação do Atendimento Educacional Especializado – AEE em uma rede municipal de ensino no interior do estado do Rio Grande do Norte sob a ótica de duas professoras da Sala de Recursos Multifuncionais. O aporte teórico se fundamenta nas contribuições de PIRES (2006), MENDES (2008), SILVA (2014), PLETSCH (2014) e BEDAQUE (2015) discutindo sobre a inclusão escolar, a colaboração no Atendimento Educacional Especializado - AEE e as práticas pedagógicas inclusivas. A abordagem metodológica utilizada, de natureza qualitativa, foi a pesquisa exploratória classificando-se como uma Pesquisa – Ação, em relação aos procedimentos técnicos. Os resultados reforçam a necessidade de problematizar estratégias pedagógicas que mobilizem as ações do professor do AEE em articulação com os demais profissionais da escola e com os familiares, possibilitando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos que constituem o público-alvo da Educação Especial. Conclui-se que os desafios enfrentados e as proposições delineadas na implementação do Atendimento Educacional Especializado no município de Riachuelo/RN sinalizam um percurso formativo que toma como princípio a educação como um direito de todos.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO; SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS; ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

ABSTRACT

This study focuses on the framework of Special Education in view of inclusive education and aims to analyze the implementation of Specialized Educational Assistance – SEA In a municipal education network in the state of Rio Grande do Norte under the perspective of two teachers of the Multifunctional Resources Room. The theoretical framework is based on the contributions of the writers like PIRES (2006), MENDES (2008), SILVA (2014), PLETSCHE (2014) and BEDAQUE (2015) discussing school inclusion, collaboration in the Specialized Educational Assistance - SEA and pedagogical practices Inclusive. The methodological approach used, qualitative in nature, was the exploratory research classifying itself as a Research - Action, in relation to technical procedures. The results reinforce the need to problematize pedagogical strategies that mobilize the actions of the SEA teacher in conjunction with other school personnel and with the family members, allowing the access, permanence and the learning of all students who are the target of Special Education. It is concluded that the challenges faced and the proposals outlined in the implementation of the Specialized Educational Attendance in the municipality of Riachuelo / RN signaled a successful formative course having as principle the education as a right of all.

KEYWORDS: INCLUSION; MULTIFUNCTIONAL RESOURCES ROOM; SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo concentra-se no âmbito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e trata-se de um relato que articula as experiências acadêmicas e profissionais realizadas antes e durante o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE¹. As motivações para a pesquisa emergem destas duas vertentes, a experiência acadêmica e profissional. A primeira diz respeito ao curso de Mestrado em Educação², no qual realizamos uma investigação vinculada à linha de pesquisa Educação e Inclusão Social em Contextos Educacionais e a segunda se consolida por, atualmente, assumir a função de Dirigente Municipal de Educação em um município do RN.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a implementação do Atendimento Educacional Especializado – AEE em uma rede municipal de ensino no interior do estado do Rio Grande do Norte sob a ótica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em diálogo com duas professoras da Sala de Recursos Multifuncionais.

Entre os anos 2008 a 2013 muitos estados e municípios aderiram³ ao Programa⁴ Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, dentre eles destacamos o estado do Rio Grande do Norte e o município de Riachuelo/RN, onde concentra-se nosso campo de pesquisa. O objetivo do Programa é apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Dentre as ações desenvolvidas o programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para

¹ Ofertado pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA entre os anos de 2016 e 2017.

² Curso de Mestrado (2013/2015) ofertado pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no qual tivemos como objeto de estudo a abordagem inclusiva do desenho de alunos com e sem deficiência visual.

³ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=25061-relacao-nominal-dos-estados-e-municipios-que-aderiram-ao-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-2008-2013-pdf&category_slug=outubro-2015-pdf&Itemid=30192

⁴ A PORTARIA NORMATIVA Nº- 13, DE 24 DE ABRIL DE 2007 dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais".

implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos, acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE.

No ano de 2014 os mobiliários, recursos e materiais pedagógicos começaram a chegar às escolas do referido município, porém devido a lacuna na formação dos professores e outras questões de natureza administrativa e de infraestrutura o Atendimento Educacional Especializado-AEE não se consolidou neste período.

No ano de 2015 ao assumirmos⁵ a gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Riachuelo/RN iniciamos o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação - PME e ao realizarmos o diagnóstico, que é a fase da coleta de dados e estudo da realidade, identificamos essa lacuna na consolidação da Educação Especial na rede municipal de ensino.

Durante a elaboração do documento base do PME inserimos uma meta específica para tratar do assunto, assim como está previsto no Plano Nacional de Educação – PNE. Assim, realizamos uma consulta pública, na qual o plano recebeu contribuições da sociedade civil pelas entidades representadas naquela oportunidade. O projeto de Lei enviado pelo poder executivo foi aprovado pela Câmara dos Vereadores no dia 24 de junho de 2015. A Lei 573 /2015 definiu as metas e estratégias educacionais para o próximo decênio.

Nesse sentido, a meta 4 da referida Lei, prevê:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PME, Lei 573, 2015/2025).

Dentre as estratégias listadas para atingir a meta projetada, destacamos: capacitar os docentes da rede municipal de ensino, para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais; construir e instrumentalizar Salas de Recursos Multifuncionais – SRM na rede municipal de ensino, para assegurar o direito ao Atendimento Educacional Especializado - AEE; designar docentes habilitados por meio de cursos de aperfeiçoamento específico para o Atendimento Educacional Especializado – AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM; viabilizar recursos financeiros e materiais educacionais que

⁵ A opção por utilizar o verbo no plural nas ações descritas a seguir se justifica pelo fato de além de ser o pesquisador e sujeito da intervenção, também assumo a Secretaria de Educação do Município no qual ocorreu a investigação. Nesse sentido, algumas ações foram desenvolvidas em colaboração com a equipe técnico-pedagógica da rede municipal de ensino, porém sob minha coordenação. Esse pressuposto sustenta a escolha da pesquisa-ação como abordagem metodológica, conforme será descrito posteriormente.

asseguem o acesso e a permanência no processo de escolarização dos estudantes da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; dentre outras.

No ano de 2016, ao ingressar no curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado (UFERSA) e perceber o crescente número de matrículas de alunos público alvo da Educação Especial nas escolas, investimos nas iniciativas de implementação do AEE na rede municipal de ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo se fundamenta nas contribuições teóricas de PIRES (2006), MENDES (2008), SILVA (2014), PLETSCHE (2014) e BEDAQUE (2015) discutindo sobre a inclusão escolar, a colaboração no Atendimento Educacional Especializado e as práticas pedagógicas inclusivas. Partimos do princípio de que a inclusão não consiste somente em efetuar a matrícula de alunos com deficiência na escola, mas sim em um processo de criar um todo, reunir os alunos em geral, e fazer com que aprendam juntos e tenham sucesso em sua aprendizagem (SILVA, 2014, p.40).

A abordagem metodológica, de natureza qualitativa, adotada neste trabalho no que se refere aos objetivos caracteriza-se como uma pesquisa exploratória proporcionando maior familiaridade com o problema explicitado (GIL, 2008). No tocante aos procedimentos técnicos (GIL, 2008) configura-se como uma Pesquisa – Ação, ou seja, um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14).

O campo empírico foi constituído de duas escolas municipais localizadas no Bairro Nossa Senhora da Conceição em Riachuelo/RN. Nossos interlocutores, em um sentido mais amplo, se constituem todos os sujeitos (gestores, professores e alunos) que estiveram inseridos nesse processo de implementação do AEE, porém nos deteremos, nos limites deste artigo, a análise dos enunciados das professoras das Salas de Recursos Multifuncionais. A seguir descreveremos as estratégias metodológicas utilizadas neste processo, bem como as discussões delineadas e os resultados alcançados.

2.1 Metodologia:

As estratégias e procedimentos metodológicos delineados para concretização de nosso objetivo foram: palestras temáticas para sensibilização da rede municipal de ensino para o tema da Inclusão; oficinas pedagógicas; reunião de pais; formação continuada das professoras do AEE; observação; realização de entrevistas; registros fotográficos e relatórios das ações desenvolvidas. Assumimos a proposição destas ações enquanto sujeito pesquisador da intervenção.

2.2 Resultados/discussões

No processo de implementação do AEE no município trouxemos como tema para a Jornada Pedagógica 2017 “Inclusão, Avaliação e Direitos de Aprendizagem”. A jornada pedagógica se constitui em um momento que precede o início das aulas em cada ano letivo, na qual professores, coordenadores e gestores se reúnem para planejar as ações pedagógicas das escolas.

Considerando o tema em pauta iniciamos a abertura da Jornada Pedagógica 2017 com uma apresentação cultural do Grupo Interliga⁶, um projeto social sem fins lucrativos, que apresentou a música *Ninguém é igual a ninguém* sensibilizando o público presente acerca dos princípios da diversidade, da igualdade e da diferença.

A escola, como espaço inclusivo, deve ter como desafio o êxito de todos os seus alunos, sem exceção. Assim, ao construir seu projeto político-pedagógico, inspirado nos princípios da inclusão, deverá contemplar em sua renovação pedagógica o respeito às diferenças (PIRES, 2006, p. 114).

Figura 01: Grupo Interliga após apresentação “Ninguém é Igual a Ninguém” na Jornada Pedagógica 2017.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

⁶ O projeto INTERLIGA visa criar um grupo que atenda os anseios dos jovens que buscam seu espaço dentro da sociedade. Desenvolvendo os mais diversos tipos de ações culturais através da música, dança, teatro, dentre outras atividades afins, atrelados à leitura, buscando o desenvolvimento intelectual do ser humano. Fonte: https://www.facebook.com/ProjetosocialInterliga/?ref=br_rs

Em seguida apresentamos os dados do município referente à Educação Especial e a meta 4 do PME (Lei 573 /2015) e suas respectivas estratégias. Refletimos sobre a realidade local e apresentamos as proposições para atingir os objetivos descritos na lei.

Figura 02: Palestra - “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva”.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

Dando continuidade houve a palestra: “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva”. A palestra foi proferida pelas professoras Maria José Martins⁷ e Francisca Aparecida da Silva Bezerra⁸, a nosso convite, as quais apresentaram a temática a partir da experiência exitosa vivenciada no município de São Paulo do Potengi/RN, esclarecendo conceitos, dúvidas e convidando os presentes a confiarem e colaborarem com o AEE que seria desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais.

Após a discussão temática os professores participaram da Oficina “Mãos que falam - o ensino de Libras na escola regular”, a qual foi ministrada pela Prof^a Maria Rozanir de Oliveira Amâncio⁹ (SEMEC - Riachuelo/RN). O grupo de professores se mostrou sensível e disposto a

⁷ Prof^a Maria José Martins (SMECD - São Paulo do Potengi/RN).

Formação acadêmica: Graduada em Geografia (UVA); Especialista em Psicopedagogia (UVA); Especialista em Escolas Sustentáveis (UFRN); Mestre em Ciências da Educação (Faculdade de Atenas); Cursos de aperfeiçoamento em AEE (UFRN) e Salas de Recursos Multifuncionais (UFRN).

⁸ Prof^a Francisca Aparecida da Silva Bezerra (SMECD - São Paulo do Potengi/RN).

Formação acadêmica: Pedagoga (UVA) e especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; possui curso de aperfeiçoamento em AEE e está concluindo a Especialização em Atendimento Educacional Especializado (UFERSA).

⁹ Prof^a Maria Rozanir de Oliveira Amâncio (SEMEC - Riachuelo/RN).

Formação acadêmica: Pedagoga (UFRN); Especialista em Cultura Inglesa e Americana (WORD STATION); Curso Básico e Conversação em Libras (ASNAT – Associação dos Surdos de Natal).

aprender sobre a linguagem de sinais, pois nos últimos anos tem crescido o número de alunos com deficiência auditiva na rede municipal.

Figura 3: Oficina “Mãos que falam - o ensino de Libras na escola regular”.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

Concluída a semana de estudos, iniciamos os trabalhos nas escolas. Além das observações in loco, um dos procedimentos metodológicos de construção dos dados que sustentam a análise deste estudo, é a entrevista, pois de acordo com Gil (1987, p.113) “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Nesse sentido aplicamos questionários e realizamos entrevistas com as duas professoras do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Escolhemos estas professoras entre os docentes da rede municipal de ensino pelo fato de já possuírem um curso de aperfeiçoamento em AEE e já apresentarem um engajamento com a temática da inclusão. Nesse sentido, conforme enfatiza Pletsch (2014) a formação docente é fundamental para promover o avanço na aprendizagem dos estudantes.

[...] compreendemos que a formação docente no contexto das políticas de inclusão escolar deve ser fundamentada em conhecimentos que façam a necessária articulação entre o micro e o macro contexto social, político e econômico. Mas, sobretudo, em conhecimentos sobre os processos de ensino e aprendizagem a serem afetados para garantir aos alunos um desenvolvimento mais autônomo e cidadão (PLETSCH, 2014, p. 127).

Figura 4: Entrevista com as professoras do AEE na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Riachuelo/RN.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

Organizamos encontros sistemáticos na sede da Secretaria de Educação e nas escolas para fomentar a formação continuada em serviço e produzir materiais necessários às intervenções junto aos estudantes atendidos pelo AEE.

A Professora Patrícia¹⁰ (39 anos) é pedagoga e pós-graduada em Formação Docente para o Ensino Superior. Está cursando uma especialização em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial e outra em Libras. Possui formação específica para atuar com o Atendimento Educacional Especializado, através do Curso Formação de Professores do Ensino Fundamental na Perspectiva da Inclusão Escolar: deficiências e transtornos globais de desenvolvimento¹¹ – 180h – UFRN (2012).

Tenho 5 anos de docência e o meu interesse pela área ocorreu no primeiro ano de atividade. Uma aluna minha, da escola, tinha múltiplas deficiências decorrentes de paralisia cerebral – PC. (Profª Patrícia; maio, 2017)

Já atuou 03 (três) anos na rede estadual de ensino como professora de AEE (2014, 2015 e 2016) e assumiu no corrente ano a regência da Sala de Recursos Multifuncionais da E. M. José Alves de Lima no município de Riachuelo, a qual conta com 03 (três) alunos com

¹⁰ Para identificação de nossas interlocutoras utilizaremos os seus primeiros nomes próprios, mês e ano da entrevista.

¹¹ O curso teve os seguintes objetivos: a) *Discutir os fundamentos históricos, políticos e conceituais relativos à educação escolar na perspectiva inclusiva;* b) *Refletir sobre as práticas pedagógicas, considerando os aspectos éticos, curriculares e legais na promoção de uma educação escolar inclusiva;* c) *Conhecer diferentes possibilidades metodológicas de atuação, na perspectiva inclusiva, junto a alunos com deficiências e transtornos globais e* d) *Refletir sobre o processo inclusivo das escolas, nas quais atuam os professores cursistas.* Fonte: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/extensao.jsf>

deficiência auditiva, 02 (dois) com deficiência visual e 04 (quatro) que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A Professora Aldenyra (41 anos) é graduada em Ciências Biológicas, possui especialização em Psicopedagogia e Mestrado em Educação. Possui formação específica para atuar com o Atendimento Educacional Especializado, através do curso de aperfeiçoamento Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva¹² – 180h – UFRN (2013).

Tem 20 anos de experiência docente, mas em relação ao AEE esta é sua primeira experiência, na qual assumiu a regência da Sala de Recursos Multifuncionais da E. M. Manoel Gurgel do Amaral Valente e conta com 02 (dois) alunos com deficiência auditiva e 07 (sete) com deficiência intelectual.

Sinto algumas dificuldades quando se trata do processo de alfabetização, pois não sou pedagoga, mas estou disposta a aprender junto ao aluno e aos meus colegas. A colaboração de algumas professoras da sala regular tem sido fundamental. (Profª Aldenyra; maio, 2017)

De acordo com Mendes (2008, p. 31) a colaboração tem sido considerada chave para atender as complexas metas escolares, e para construir uma comunidade que responda as muitas demandas impostas aos sistemas de educação contemporâneos.

No tocante aos procedimentos iniciais para receber o aluno com necessidades educativas especiais - NEE na Sala de Recursos Multifuncionais, as professoras responderam que estes ocorrem através da solicitação do professor da sala comum.

É necessário que os professores de sala regular solicitem e que o estudante seja avaliado/encaminhado para a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM. Após o recebimento dessa solicitação é feito a verificação nos documentos disponíveis na escola. (Profª Patrícia; maio, 2017)

No tocante a relação com a família as professoras relataram como são realizados os primeiros contatos e destacaram algumas dificuldades enfrentadas. Há uma recorrência em pais e responsáveis que, ainda, não reconhecem as necessidades educativas especiais apresentadas por seus filhos. As professoras, sob nossa coordenação, vêm trabalhando para

¹² Curso de Aperfeiçoamento na área de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, destinado a professores do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, da rede regular de ensino e/ou de Sala de Recurso Multifuncional, contemplando os municípios polos de Macaíba, São Paulo do Potengi e São José de Mipibú, com duas turmas de 50 alunos em cada polo, totalizando 300 cursistas. Tal curso se insere na Rede Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e se vincula ao Programa de Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica da UFRN. Fonte: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/extensao.jsf>

romper com essa barreira e auxiliar nas fases seguintes até a plena aceitação e disposição em colaborar com a presença/participação e aprendizagem do aluno no AEE.

O contato se dá, primeiro, por convite de comparecimento a escola onde, em seguida, é feita a explanação acerca da SRM e do AEE. Os familiares, em sua maioria, desconhecem as dificuldades das crianças e a importância do acompanhamento correto. (Profª Patrícia; maio, 2017)

O contato se dá com reuniões e entrevistas. A maior dificuldade encontrada é o reconhecimento da família com as dificuldades do aluno e o descrédito do nosso trabalho por parte de alguns colegas. (Profª Aldenyra; maio, 2017)

Figura 5: Reunião com os pais e responsáveis pelos estudantes encaminhados para o AEE.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

De acordo com Pires (2006, p. 120) “é fundamental no processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais ‘acreditar’ que a criança pode superar, sempre, seu estágio atual de desenvolvimento e de aprendizagem”. Os pais, professores e toda a equipe da escola precisam ser inseridos nesse processo de inclusão do aluno com deficiência e romper com os estigmas que limitam a plena participação destes sujeitos no ambiente escolar.

Figura 6: Acompanhamento da entrevista realizada com os pais e responsáveis pelos estudantes encaminhados para o AEE.



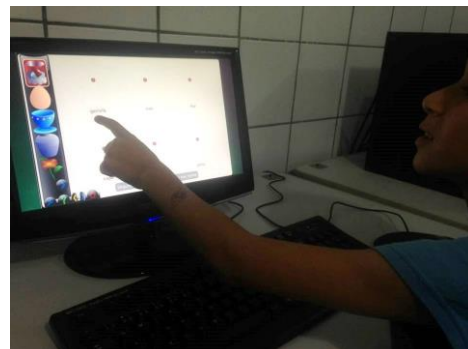
Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

A rotina de atendimento dos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais ocorre por meio de um cronograma específico elaborado pelas professoras do AEE em parceria com a família, considerando o seu contra turno de estudo. No que se refere aos recursos pedagógicos e estratégias utilizadas no atendimento, as professoras relataram:

Utilizamos o computador, os jogos lúdicos virtuais e concretos, livros, crachás. Procuramos incentivar a autonomia no uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's), o uso das ferramentas adequadas para o desenvolvimento de capacidades. (Profª Patrícia; maio, 2017)

Os recursos pedagógicos utilizados são jogos e atividades lúdicas, uso do computador, livros e outros; com isso tentamos desenvolver a autonomia, atenção e concentração do aluno. (Profª Aldenyra; maio, 2017)

Figuras 7 e 8: Alunos em atividades na Sala de Recursos Multifuncionais.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

A articulação/colaboração com o professor titular da sala regular ocorre da seguinte forma: “Após a leitura das anotações de cada aluno conversamos com cada professor e realizamos a observação em sala de aula”. (Profª Patrícia; maio, 2017)

Figuras 9: Observação de um aluno na sala de aula comum feita pela professora do AEE.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

Após as observações do professor/a da sala de aula regular, as observações in loco, as professoras elaboram um Plano de Atendimento Individualizado para cada aluno, através de estudos sobre casos semelhantes e com base na literatura específica. As professoras realizam o planejamento pedagógico em parceria, sempre mantendo contato com a Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com Bedaque (2015, p. 31):

Construir uma Educação Inclusiva não é uma ação unilateral, que depende do esforço de apenas um grupo, a ação inclusiva que provoca mudanças substanciais é um processo construído por muitas pessoas e neste sentido, a colaboração é um conceito fundamental e sua prática pode fazer mudanças significativas no sistema educacional.

Considerando o conceito de *colaboração* pode-se perceber a importância desse processo na constituição de uma escola inclusiva, sendo esta de fundamental importância para o sucesso da escola como um todo. Nesse sentido, tanto as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais como os regentes da classe comum de ensino elegeram esse princípio como essencial no processo de ensino e aprendizagem da criança com/ou sem deficiência.

A Resolução CNE/CEB 4/2009 (Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009), Seção 1, p. 17, regulamenta o Atendimento Educacional Especializado – AEE. O público alvo do AEE é composto de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Para que esse atendimento seja realizado de forma adequada faz-se necessário estabelecer a parceria colaborativa do professor do AEE com o professor da sala de aula regular.

Figura 10: Participação das professoras do AEE na formação de professores do ciclo de alfabetização.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017).

Nesse contexto, inserimos as professoras de AEE da rede municipal de ensino nos grupos de formação de professores e assim pudemos discutir algumas das funções do

docente da Sala de Recursos Multifuncionais, dentre elas: organizar e desenvolver estratégias de mediação pedagógica inclusivas, levando em consideração as dificuldades e potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Reforçamos que para tanto, se faz necessário, também, a adaptação das atividades e dos recursos didáticos e de tecnologia assistiva utilizadas no saber/fazer educativo.

No que se refere às ações de colaboração com os profissionais da escola, destacamos ainda: orientar professores da sala comum, equipe pedagógica e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos atendidos pelo AEE encorajando-os a romper com os desafios encontrados no cotidiano escolar. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação do aluno nas atividades escolares. Portanto, o diálogo e o planejamento conjunto são fundamentais para a consolidação da escola inclusiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho oportunizou uma relevante intervenção, conforme relatado nesse estudo, na rede municipal de ensino de Riachuelo/RN e contribuiu para uma reflexão acadêmica e profissional acerca de nossos estudos no curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado resultando em uma ação que valoriza e respeita a diferença e a colaboração mútua entre os sujeitos da escola. O papel da escola inclusiva no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com e sem deficiência é mediar a construção do conhecimento, proporcionando experiências significativas que contribuam para o seu desenvolvimento integral (físico, intelectual, afetivo e social). Reforçamos a necessidade de problematizar estratégias pedagógicas que mobilizem as ações do professor do AEE em articulação com os demais profissionais da escola e com os familiares, possibilitando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes que constituem o público alvo da Educação Especial. Concluímos este estudo ressaltando que os desafios enfrentados e as proposições delineadas na implementação do Atendimento Educacional Especializado no município de Riachuelo/RN sinalizam um percurso formativo que toma como princípio a educação como um direito de todos, destacando-se como uma ação pioneira no que se refere à Educação Inclusiva na rede municipal de ensino.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

PIRES, Gláucia Nascimento da Luz. O cotidiano escolar na escola inclusiva. IN.: MARTINS et al. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão Escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas e habilidades profissionais. IN.: MARTINS et al. **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação inclusiva**: práticas pedagógicas para uma escola em exclusões. São Paulo: Paulinas, 2014.

PLETSCH, Márcia Denise. Formação Docente em tempos de inclusão escolar: em foco as práticas do atendimento educacional especializado. IN.: MARTINS et al. **Caminhos para uma educação inclusiva**: políticas, práticas e apoios especializados. João Pessoa: Ideia, 2014.